

# Ministério

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 8 DE NOVEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Justiça, usando da competência que lhe foi atribuída pelo art. 255, inciso I, do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, resolve:

Nº 843 — Exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS BRAGA DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Jornais Oficiais, código DAS-101.2, da Coordenação de Produção Industrial da Imprensa Nacional, a partir de 24 de outubro de 1994.

Nº 844 — Exonerar CELSO APARECIDO SOARES, Delegado de Polícia Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, do cargo em comissão de Coordenador de Telecomunicações, código DAS-101.3, do mencionado Departamento da Secretaria de Polícia Federal.

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS

### CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1994

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH), no uso de suas atribuições legais e ad referendum do Colegiado,

CONSIDERANDO as informações que instruem o Processo nº 08000.012786/94-82 e seus apensos;

CONSIDERANDO, ainda, as informações constantes das declarações tomadas em cumprimento à Portaria MJ nº 794, de 19 de outubro de 1994, publicada no Boletim de Serviço nº 42, de 17 a 21 de outubro de 1994;

CONSIDERANDO, por último, que incumbe ao CDDPH receber representações que contenham denúncias de violações dos direitos da pessoa humana, apurar sua procedência e adotar medidas capazes de fazer cessar os abusos dos particulares ou das autoridades responsáveis;

resolve:

Art. 1º Instaurar inquérito, nos termos da alínea "a" do inciso III e inciso XIII do artigo 4º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, destinado a apurar violações de direitos humanos, substanciadas em denúncias de prática de ações organizadas de extermínio e de ameaças de morte a jornalistas na cidade de Aracaju/SE.

Art. 2º Designar, para compor a Comissão de Inquérito os Senhores ÁLVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA, PERCÍLIO DE SOUZA LIMA NETO, e FRANCISCO CLÓVIS DE SOUZA, representando, respectivamente, a Procuradoria-Geral da República, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa.

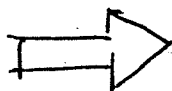
Art. 3º Caberá a Relatoria ao Dr. ÁLVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA.

Art. 4º Tornar público que, nos termos e para os efeitos dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, o Conselho poderá, sob as penas da lei, determinar as diligências que reputar necessárias e tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, inquirir testemunhas e requisitar, das repartições públicas, informações e documentos.

Art. 5º A Coordenação-Geral de Articulação Técnico-Administrativa dos Direitos da Pessoa Humana do CDDPH e o Grupo de Investigação de Violações aos Direitos Humanos prestarão todo o apoio necessário à execução dos trabalhos da Comissão.

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS

Dr. Moisés  
(DEARP)



Nº 189 - LIMA para ex-  
mirante  
bro de

Nº 190 - para ex-  
Alexand  
1996.

Nº 191 - execu-  
xandrino

Nº 192 - planejar  
tricos d  
elétrico  
Submarin  
MA, na D  
1994 a 10

Nº 193 - MELLO pa-  
mentos h  
equipame  
GASTÃO M  
Classe II  
outubro d

buições  
III da L  
8.237/91  
da Porta

Nº 197 - SILVA BA  
Naval pa  
Aprendiz  
1994 a

Nº 198 - SOUZA B  
ção de  
la de A  
de 1994

Nº 199 - ra execu-  
Curso d  
nheiros  
tubro d

Nº 200 - execut  
Formaç  
Pernam  
1998.

Nº 202 - signou  
por te  
agosto